

TERRITORIALIDADES, RURALIDADES E AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE

TERRITORIALITIES, RURALITIES AND COUNTRY-CITY RELATIONSHIP

Glauco José Marafon

Professor Associado do IGEOG/UERJ
glaucomarafon@hotmail.com

Resumo

A análise das atuais transformações no campo torna-se fundamental, pois, além de desempenhar as funções tradicionais, como referência de permanência de atividades, de fornecer mão-de-obra para a cidade, matérias primas e consumir produtos oriundos da cidade, o campo abriga, cada vez mais, atividades não agrícolas, como a produção industrial, os serviços associados às atividades de turismo que valorizam as áreas com aspectos naturais e que remetem as mudanças em curso. O campo além de ser o local da produção agropecuária, transforma-se em um espaço, no qual inúmeras atividades não agrícolas são efetuadas, assim o objetivo desse artigo é o de apresentar algumas dessas transformações decorrentes na atualidade a partir do território fluminense.

Palavras chave: Relação urbano-rural. Ruralidades. Urbanidades.

Abstract

Analyzing currents changes in Brazilian countryside becomes mandatory. Besides performing traditional roles — being a reference of activities permanence, providing urban areas with workforce and raw materials, and consuming urban goods —, rural areas are becoming more and more a place of activities other than farming ones. Industrial activity and tourism service activities exemplify it. In addition to making nature features stand out, tourism-linked activities point out the change tendency. This paper seeks to present some of these changes in Rio do Janeiro's countryside, where, besides cattle raising, numerous non-farming activities are taking place, especially tourism.

Keywords: Rural-urban relationship. Ruralities. Urbanities.

Introdução

A análise das atuais transformações no campo torna-se fundamental, pois, além de desempenhar as funções tradicionais, como referência de permanência de atividades,

de fornecer mão-de-obra para a cidade, matérias primas e consumir produtos oriundos da cidade, o campo abriga, cada vez mais, atividades não agrícolas, como a produção industrial, os serviços associados às atividades de turismo que valorizam as áreas com aspectos naturais e que remetem as mudanças em curso. O campo além de ser o local da produção agropecuária, transforma-se em um espaço, no qual inúmeras atividades não agrícolas são efetuadas, como o trabalho de caseiros, diaristas, jardineiros, etc.

O espaço rural torna-se fortemente marcado pelo conteúdo de técnica e capital, representado pelos complexos agroindustriais e pelo agronegócio, que correspondem ao espaço de produção agrícola, fruto da revolução verde, da modernização e da industrialização da agricultura, ou como denomina Elias (2007, p.50) “a difusão do agronegócio globalizado explica, em parte, a expansão do meio técnico-científico-informacional e a urbanização em diferentes áreas do país”. Por outro lado, o espaço rural da produção familiar é fortemente marcado pelas atividades não agrícolas, que valorizam o patrimônio natural e histórico. Essas práticas constituem uma produção alternativa ao modelo dominante do agronegócio, cujo objetivo é construir novas bases agroecológicas e sustentáveis que incentivem o fluxo de pessoas oriundas da cidade, sejam turistas ou residentes, em busca de tranquilidade e qualidade de vida.

Configuram-se, então, novas relações entre o campo e a cidade, com novas qualidades e impressão fortes na paisagem. Além da produção agrícola e da industrialização temos novas atividades que devem ser identificadas para caracterizar o campo e suas relações com a cidade. A presença de uma enorme diversidade de atividades decorre da ação dos pequenos produtores, que contribuem de forma significativa para a produção de alimentos e que, de forma criativa, traçam suas estratégias de sobrevivência. Há também muitos sujeitos sociais como os grandes proprietários, os assalariados, os pequenos proprietários, os parceiros, os trabalhadores volantes, os sem-terra e a sua luta pelo acesso à terra. Tais sujeitos materializam no espaço rural, com o seu trabalho, uma ampla diversidade de objetos, elementos e situações que tornam esse espaço bastante complexo. Temos assim novas territorialidades e ruralidades.

Soma-se a essa complexidade de situações, a presença de pessoas oriundas da cidade, que muitas vezes desempenham atividades que não propriamente a agrícola. Tal fato decorre do desenvolvimento tecnológico representado pela melhoria e expansão das

vias de comunicação, como estradas, telefonia e meios de transporte. O espaço rural torna-se mais complexo pois, além das atividades agrícolas passa a sediar inúmeras outras atividades não agrícolas.

Para Jean (2007), assistimos ao renascimento do rural e de suas várias funções, fato que ocorre também no espaço rural brasileiro. Deste modo, ao falarmos em rural e das transformações em curso, estamos necessariamente referindo o processo de urbanização (das ocupações não-agrícolas, da expansão do consumo, da acessibilidade). Estamos identificando em grande medida os espaços de lazer, da produção industrial e “nos processos de produção de valores simbólicos” (REIS, 2001, p. 7). Assim temos como principais transformações a maior urbanização, o cosmopolitismo dos comportamentos e a intensa relação com os mercados de trabalho. Concordamos com Reis (2001, p. 12) quando afirma que

parece claro que as mudanças no meio rural e a maior territorialização das práticas socioeconômicas comportam uma mais intensa relação quer com políticas públicas, quer com agentes externos (que seguem essas políticas). Esta dupla abertura do espaço rural (a que lhe é trazida por agentes externos que o procuram segundo novos interesses e novas lucratividades e a que resulta da própria metamorfose dos agentes originariamente locais) é com certeza o grande traço de novidade para o que aí vem. Resta, pois, continuar a observar de que modo abertura e mudança geram novas mudanças.

Assim, se por um lado a produção agrícola, beneficiada pelas linhas de crédito, destinada, principalmente, ao mercado externo e integrada às grandes empresas internacionais, foi se expandindo e ocupando grandes áreas de terra, uma forma imposta de gestão de produção e comercialização de alimentos em escala mundial, pois conforme afirma Achkar et al. (2007) os territórios rurais foram sendo incorporados a uma divisão técnica do trabalho que resultou na concentração da terra e na implantação de monoculturas, com o uso intensivo do solo, recursos hídricos e genéticos, com perda da biodiversidade, com a homogeneização das paisagens rurais e com o desprezo dos sistemas agroalimentares locais.

Por outro, além da produção moderna e integrada aos mercados globalizados, temos também a presença expressiva da produção de base familiar no meio rural. Na busca de sua reprodução e sobrevivência, a produção familiar tem apresentado

características como o trabalho em tempo parcial, em face de diminuição da jornada de trabalho (favorecida pela incorporação de tecnologias de produção), ou seja, há liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não agrícolas, complementando assim a renda familiar.

Entre as atividades não agrícolas presentes no campo, na atualidade, merecem destaque as atividades turísticas, devido à proliferação de áreas de lazer. Essas “novas” atividades demandaram um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão das atividades turísticas no espaço rural, o que possibilitou que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, pudessem ocupar as vagas geradas na expansão do turismo rural e nas atividades industriais.

Assim devemos levar em consideração que o espaço rural não é somente agrícola. Rompe-se deliberadamente e explicitamente com dois elementos secularmente associados ao rural: sua função principal não é mais, necessariamente, a produção de alimentos e nem a atividade predominante é a agrícola, reforçando assim a noção de hibrididade do espaço rural. A dimensão não-agrícola vem aumentando, muitas vezes, associada à noção de patrimônio, com a renaturalização da paisagem. Enfatiza-se a preservação e a proteção da natureza, valoriza-se a busca da autenticidade dos elementos paisagísticos locais, a conservação e a proteção dos patrimônios históricos e culturais, o resgate da memória e da identidade. Dessa forma, há a mercantilização das paisagens, com a consequente expansão das atividades de turismo e de lazer. E esse rural, é uma das dimensões do espaço geográfico, que pode ser apreendido nas suas relações com o urbano através das ruralidades, urbanidades e das múltiplas territorialidades.

Relações campo x cidade: uma reflexão necessária

Surge assim uma nova relação campo – cidade baseada não mais nas contradições, mas na complementaridade e na dependência. Mas como pensar essa relação que, antes de qualquer coisa, é complementar, nesse início de século? Para Monte-Mór (2006) os conceitos de cidade – campo e urbano – rural ganharam autonomia e dizem respeito a uma gama de relações culturais, socioeconômicas e espaciais entre formas e processos derivados da cidade e do campo sem, no entanto

permitirem clareza dicotômica que os caracterizava até o século passado. Cada vez mais as fronteiras são difusas e de difícil identificação.

Ressaltamos aqui alguns pontos que considero fundamentais para essa reflexão: Vivemos uma época rotulada de globalização, na qual, o papel da técnica e da informação é fundamental, para a configuração de uma Sociedade, cada vez mais urbanizada, (processo de urbanização da sociedade no sentido que o filósofo Henry Lefebvre assinala); Ocorre o predomínio da população urbana, diminui a população rural e as atividades agropecuárias passam a estar cada vez mais associadas ao urbano-industrial, o sistema logístico implementado no território é pensado para dar suporte ao atendimento da esfera produtiva e de comercialização da produção agropecuária.

Existe um grande número de trabalhos que procuram refletir sobre a questão campo-cidade no Brasil Contemporâneo e na maioria das vezes a reflexão se resume à abordagem da legislação que determina o que é urbano no Brasil e o espaço rural surge por exclusão. Tudo o que não é urbano é rural. Mas a realidade é mais complexa que essa visão administrativa.

O rural torna-se, cada vez mais, diferente de agrícola. Ao mesmo tempo, distingue-se cidade e urbano explicitando a crescente complexidade que marca tais relações. Rural e urbano fundem-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades. Como evidência disso, atualmente, como, aliás, no início do processo de industrialização, a indústria, muitas vezes, “ruraliza-se”, pois conforme aponta Rua (2006), na atualidade os serviços se estendem ao campo o que para o referido autor se configura com “urbanidades no rural”.

Podemos considerar assim que, as áreas urbanas, na atualidade englobam espaços urbanos e rurais e os limites entre esses espaços não coincide com o recorte utilizado para levantamentos de dados estatísticos.

Assim para pensar uma nova relação entre o mundo urbano e o mundo rural que apresenta novas ruralidades, urbanidades e territorialidades podemos apontar, baseados em Rua (2006) que essa relação caminha para: consolidar as relações de proximidade mutuamente benéficas; transformar as cidades em canais efetivos entre as áreas rurais e o mundo exterior; estimular as parcerias de proximidade, redes de produção e disseminação de informação. Assim se faz necessário se pensar o que se considera rural,

e quais os critérios utilizados para sua delimitação, e quais as implicações dessa delimitação.

Esse processo deriva de uma forte reflexão que vem se fazendo desde os anos 90 sobre as novas ruralidades e mais recentemente sobre o enfoque territorial. Aponta-se para a necessidade de ir além do corte pelos dados censitários e atrelar as funções, que o território rural, cumpre nos diferentes âmbitos – econômico, ecológico, social, institucional, cultural, etc. – assim essa definição deve dar conta da existência das várias ruralidades.

Mas o que são essas novas ruralidades?

Para Carneiro (2012) não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração dos mundos urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como "rural", mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos "naturais", por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural, mas entender pelo conjunto de características e valores do mundo rural.

Segundo Noronha e Hespanhol (2009, p. 86),

O conceito de ruralidade, amplamente utilizado pelas ciências sociais, pode ser compreendido a partir de duas concepções, a saber: a) como sinônimo de rural (SARACENO, 1996; ABRAMOVAY, 2000; VEIGA, 2004; KAGEYAMA, 1998); e, b) como expressão e manifestação das identidades de um espaço singular, o rural (WANDERLEY, 2001; TAVARES, 2003; MOREIRA, 2005; KARAM, 2006; BAGLI, 2006). Como sinônimo de rural, a noção de ruralidade, já há muito tempo, vem sendo trabalhada de maneira marginal, ou seja, aquilo que está fora dos limites da cidade e que tende ao desaparecimento em decorrência do fenômeno urbano cada vez mais intenso.

Entretanto, como bem lembra Moreira (2005), falar de ruralidade é também falar de seu par dialético: a urbanidade. Esse híbrido, como é o caso do par campo-cidade, ilustra as relações sociais contemporâneas, imbuídas de trocas e fluxos materiais, imateriais e culturais. Desse modo, as ruralidades se desenvolvem, também, nos espaços urbanos e as urbanidades podem se desenvolver nos espaços rurais.

A ruralidade como uma construção histórica (WANDERLEY, 2006), deve ser compreendida a partir da existência de identidades. Para Moreira (2005), as identidades equivalem à expressão de múltiplas ordens que se relacionam por meio de redes materiais e afetivas. Para esse autor, a identidade rural requer a existência de uma identidade que não seja rural: a identidade urbana.

Esse renascimento rural que contribui para a construção de uma ruralidade contemporânea é impulsionado pela crescente valorização dos aspectos, sobretudo, os naturais presentes no campo e esses aspectos conformam um novo significado ao espaço rural. Ruralidade essa concebida com base nas mudanças socioeconômicas e demográficas, mas também pelas conexões com as questões culturais e de representação.

Recentemente, em 2012, a questão da noção de ruralidade é retomada no âmbito do IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura) que propõe repensar o conceito de ruralidade no Brasil e foi proposta uma tipologia dos espaços rurais e urbanos no Brasil e concordando com Vanderlei (2012) quando aponta as tendências, que devem ser levadas em consideração para a reflexão sobre a ruralidade brasileira: atentar para a mudança do perfil demográfico do rural brasileiro; A agricultura ganha importância no cenário internacional e nas exportações, mas perde importância na ocupação de trabalho e na formação das rendas; Há uma convivência conflituosa de duas formas sociais de produção na agricultura brasileira; O território ganha espaço como unidade de planejamento, mas as instituições e as forças sociais continuam tendo sua prática na perspectiva setorial e o viés dos investimentos continua sendo compensatório. Destarte, buscar entender essas novas ruralidades é buscar uma explicação da dinâmica do rural que muitas vezes nos escapa e que muda constantemente. Lembrando Moreira (2005), falar de ruralidade é também falar de seu par dialético: a urbanidade.

Urbanidades no rural

O pesquisador João Rua (2007) que propõe a noção de “urbanidades no rural” parte da premissa de o rural não deixa de existir, mas é transformado, e assim a noção de urbanidades corresponderia a “todas as manifestações materiais e imateriais com

caráter inovador em áreas rurais” que podem estar impressas em eixos de urbanização com maior densidade de urbanidade, que fora desses eixos às manifestações seriam mais pontuais.

Para o referido autor essas urbanidades seriam construídas por uma enorme variedade de manifestações como: nos investimentos que se traduzem na melhoria da infraestrutura e dos meios de comunicação, nas novas formas de lazer, na segunda residência, no turismo, nas indústrias, etc., e nas imateriais que compreende novos valores, como moda, segurança, costumes e hábitos difundidos pela mídia.

Para Rua (2007) ao se estudar as “urbanidades no rural” é necessário enfatizar as especificidades do rural, ou “novas ruralidades”, na qual: o urbano aparece como dominante, na relação assimétrica entre urbano e rural; existem duas escalas de ação – uma mais ampla na qual uma urbanização difusa, ideológica e comportamental domina o espaço, e uma escala mais restrita que permite soluções (“leituras”) particulares dos movimentos mais gerais, processados localmente (sem enfatizar demasiadamente o poder da ação local); a distinção diz respeito às múltiplas territorialidades vivenciadas pelos diferentes atores sociais (e produzidas por eles), juntamente com as diferentes escalaridades da ação, marcando o surgimento de espaços híbridos, inovadores, fruto da interação entre o urbano e o rural.

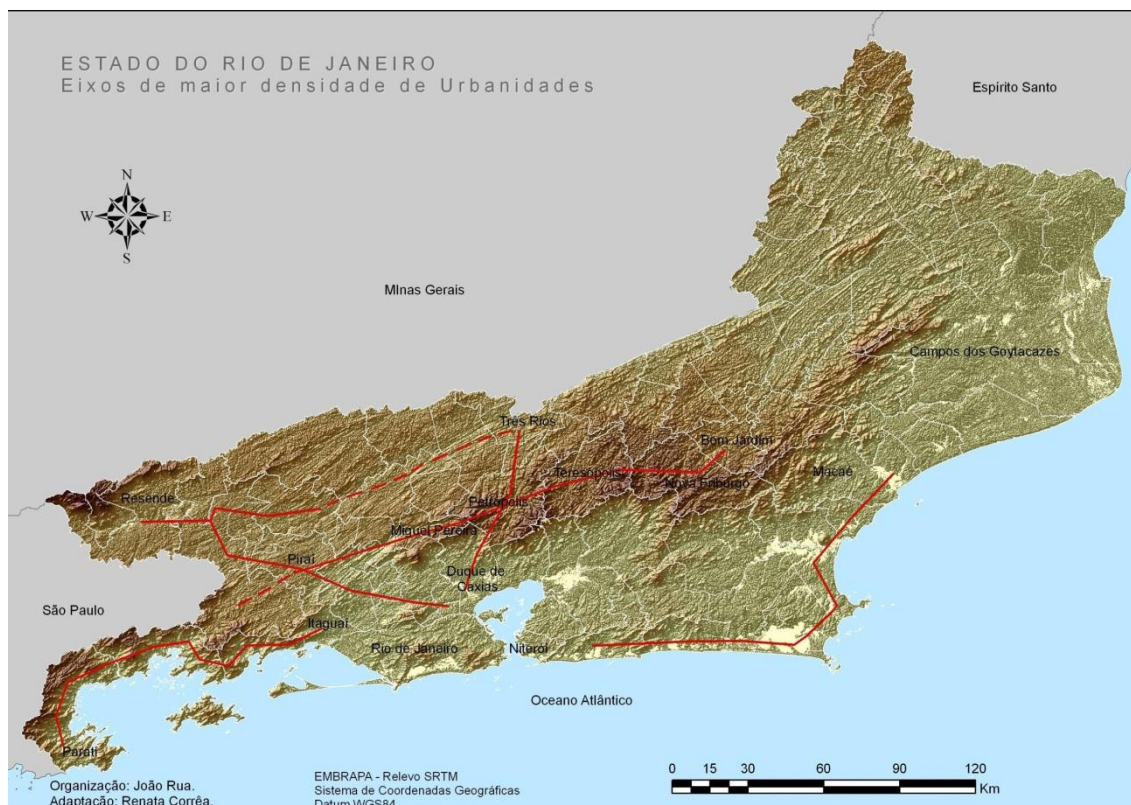
Para a análise de áreas nas quais a metrópole apresenta uma grande concentração Rua (2007) considera importante adicionar a noção de “espaço da metropolização”, que “imprime ao território características que até então eram exclusivas da região metropolitana. Essas características fazem com que não só as práticas sociais, mas inclusive as identidades dos lugares fiquem sujeitas aos códigos metropolitanos. (Lencione, 2003, p. 35).”

Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade: o exemplo do território fluminense.

A metrópole fluminense apresenta uma forte concentração de população, de serviços, de produção material e imaterial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e uma crescente divisão territorial do trabalho com o interior superposta a divisões anteriores, particularmente sob a forma de eixos (Davidovich (1999) e Natal (2004), e que Rua (2011) que denomina “eixos de maior densidade de urbanidades”.

Hoje o trabalho pode ser repartido entre muitos lugares, de acordo com a sua produtividade para certos produtos. Isso leva a refuncionalizar áreas portadoras de densidades pretéritas e a ocupar áreas até então rarefeitas. Em todos os casos, modifica-se o valor de cada pedaço do território e aumenta a cooperação. Pode-se falar em dissolução da metrópole no território e de uma presença simultânea e instantânea em todos os lugares (SANTOS & SILVEIRA, 2001).

Os eixos de maior densidade de urbanidades podem ser visualizados no mapa 1 e que de modo geral podem ser caracterizados por: a) eixo que se desloca da RMRJ em direção a Angra dos Reis e Paraty, a Região da Bahia da Ilha Grande, também conhecida como Costa Verde, no qual se destacam as atividades de turismo e que tem provocado imensas transformações, com apelo intenso para o turismo de praia, histórico e ecológico. Esta região concentra em seu território grandes reservas de Mata Atlântica, inúmeras ilhas (entre elas a Ilha Grande), cidades históricas como Paraty. Grande parte do território integra áreas de proteção ambiental, o que inibe a prática de atividades agrícolas. A intensa ocupação por grandes hotéis de luxo e condomínios fechados tem provocado uma intensa especulação imobiliária e expulsado os produtores familiares de suas terras. A eles resta se inserir no mercado de trabalho urbano ou a prática da agricultura extrativista, com a exploração da banana e do palmito, e assessorados por técnicos governamentais da EMATER e IBAMA e exercerem atividades não-agrícolas, trabalhando nos hotéis e condomínios; b) outro eixo que tem no turismo um forte vetor de crescimento é o que segue da RMRJ em direção a Cabo Frio, Búzios e Macaé, a Região das Baixadas Litorâneas (Costa do Sol). Observa-se um intenso crescimento de turismo de massa em direção ao litoral norte do Rio de Janeiro, provocando uma intensa urbanização e a proliferação de segundas residências, o que levou ao fracionamento da terra e expulsão das atividades agropecuárias para a criação de loteamentos e condomínios. A presença da Petrobrás em Macaé representa na constatação de Rua (2002 p. 48), “uma avassaladora especulação imobiliária com profundas marcas de segregação socioespacial”;

Mapa: Eixos de maior densidade de urbanidades no estado do Rio de Janeiro.

Fonte: NEGEF, 2010.

c) Outro eixo de urbanização é o que ocorre no “topo da serra” (RUA, 2002) e os principais representantes desse eixo são os municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. Essa área é marcada pela produção de hortigranjeiros e flores, e que abastece a RMRJ. Apresenta também um tradicional e significativo pólo industrial (com destaque para a moda íntima), além da presença de inúmeros sítios de veraneio, casas de segunda residência, hotéis-fazenda, pousadas, spas, que associam seus estabelecimentos aos aspectos naturais da região. Corresponde a uma área de turismo alternativa ao turismo de praia da Costa Verde e do Sol. Nessa área ocorre uma intensa produção agrícola em bases familiares, centrado em pequenos estabelecimentos, na mão-de-obra-familiar e na baixa tecnificação da lavoura. Esses produtores, na grande maioria das vezes, ficam a mercê dos atravessadores que controlam o processo de comercialização da produção. Produzem alface, brócolis, couve-flor, tomate etc e apresentam baixo rendimentos em suas atividades agrícolas. Na complementação da renda familiar, se inserem no mercado de trabalho não-agrícola, exercendo atividades de jardineiros,

caseiros, domésticos, ou trabalhando em empresas das cidades da região. Essa área também produz orgânicos e hidropônicos, para um mercado consumidor restrito à zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Na Região Serrana Fluminense nota-se a presença marcante de atividades relacionadas ao turismo rural contemporâneo e em sintonia com a produção familiar; d) O território que engloba as Regiões do Médio Vale do Paraíba e Centro Sul Fluminense, além da produção leiteira, contribui com a produção de hortigranjeiros para o abastecimento da RMRJ, mas apresenta como marca na paisagem a atividade cafeeira, com presença das grandes casas nas sedes das fazendas, o que levou os municípios da área a organizarem o “Festival do Vale do Café”, porém não apresenta interatividade com os produtores familiares, que continuam a buscar sua complementação de renda nas indústrias da região, que concentram um grande número de empresas do setor metal-mecânico; e) As Regiões Norte e Noroeste Fluminense, em função do distanciamento da Área Metropolitana, apresentam fortes características rurais, com a produção de leite, cana-de-açúcar, café e frutas. Esse quadro tem sido alterado com a presença da Petrobrás e seus *royalties*, que tem proporcionado empregos também para os agricultores dessas regiões. O estabelecimento de um roteiro turístico associado à atividade canavieira é incipiente e encontra resistência por parte dos proprietários das fazendas.

Considerações Finais

No espaço rural, observam-se inúmeras atividades: as agrícolas, com a produção de matérias primas para indústria, a produção de alimentos, a presença de assentamentos e acampamentos de trabalhadores rurais; e as não agrícolas, como a localização de indústrias, a procura de áreas com a natureza preservada para a construção de residências, de hotéis e pousadas, que geram a necessidade de mão-de-obra e proporcionando a possibilidade de empregos e de aumento da renda familiar aos produtores rurais residentes. O aumento dessas atividades não agrícolas está associado à implementação, pelo poder público, da infraestrutura de transporte e de comunicação, que permite a circulação dos fluxos de pessoas, mercadorias, informações e capital.

A maior parte das mudanças corresponde ao espaço rural não incorpora a produção dos complexos agroindustriais e, em sua grande maioria, corresponde à produção familiar em pequena propriedade. É nesse espaço não incorporado ao modelo hegemônico que ocorrem as maiores transformações, pois a procura por áreas que apresentam preservação da natureza e que podem ser transformados em áreas de lazer, com a construção de sítios de final de semana, hotéis e pousadas atraem populações das áreas urbanas e proporcionam empregos aos pequenos produtores rurais. Tal fato oferece-lhes a possibilidade de exercer outras atividades, que não somente as agrícolas. São nesses espaços que também ocorrem o incentivo às práticas agroecológicas e alternativas, em detrimento da forma de produção tradicionalmente efetuada nas médias e grandes propriedades. Esses locais correspondem ao espaço rural revalorizado em decorrência da natureza mais preservada e que se torna uma mercadoria a ser consumida pelas populações, sobretudo de origem urbana.

A concentração fundiária que provoca a exclusão de milhares de brasileiros da terra, fomentando os movimentos sociais no campo, permanece presente no espaço rural fluminense. Mudam as relações entre o campo e a cidade, com a subordinação do campo à cidade, porém, ambos se integram como espaços de consumo.

Referências

ACHKAR, Marcel. **AGRONEGOCIOS**. Nuevas modalidades de colonialismo em el cono sur de América Latina. Montevideo:Redes, 2007.

ELIAS, Denise. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, Gláucio; RUA, João ; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Org.) **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro:Eduerj, 2007. p. 49-66.

FERRÃO, João. Relações entre o mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pista para o futuro. **EURE** (Santiago), Santiago, v. 26 n. 78 , p.1-13, set. 2000.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e Globalização: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, Roberto José (Org.) **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 15-40.

MONTE-MÓR, Roberto Luis. A relação urbano-rural no Brasil contemporâneo. II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, II., 2004. Santa Cruz do Sul-RS. **Anais...**Santa Cruz do Sul, 28/09 a 01/10 de 2004. (CD-ROM).

MONTE-MÓR, Roberto Luis. **O que é urbano no mundo contemporâneo**. Texto para discussão n. 281. Belo Horizonte:UFMG/CEDEPLAR, 2006. 14 p.

NORONHA, Elias Oliveira; HESPANHOL, Rosangela. Transformações em curso no espaço rural: algumas reflexões a partir do conceito de ruralidade. **Revista Geografia em questão, cidade?** v.1, n. 2,p.82-92 2009.

RIBEIRO, Miguel A. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G. J. ; RIBEIRO, M. F (Org.). **Estudos de geografia fluminense**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. 208 p. p. 13-26.

RUA, João. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: <www.campoterritorio.ig.ufu.br>.

RUA, João. As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. In: **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro:EDUERJ, 2007, p. 271-198.

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um Pacto Social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (Org.). **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires, p. 31 – 44: 2001.